

## **GOVERNANÇA AMBIENTAL: CONCEITOS E PERSPECTIVAS DE ESTUDO PARA AS LOCALIDADES DE MOCAMBO E CABURI, NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM.**

Charlene Maria Muniz da Silva<sup>1</sup>  
Therezinha de Jesus Pinto Fraxe<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo faz uma análise dos principais conceitos inerentes a Governança Ambiental e sua aplicação no contexto do desenvolvimento local, tomando-se como casos as localidades de Mocambo e Caburi, no município de Parintins. Para tal, foi utilizado como metodologia um estudo teórico-reflexivo, utilizando-se autores e obras de referência na temática da Governança Ambiental, enfatizando-se princípios organizativos, tipos de estruturas, formas de cooperação em redes e capital social. No final, faz-se uma projeção de alguns elementos no que diz respeito aos aspectos das escalas, níveis e atores que poderiam ser envolvidos no exercício da governança ambiental. Mocambo e Caburi estão passando por um processo de mudanças espaciais e socioculturais intensas que requer ações e políticas públicas voltadas à sustentabilidade dos recursos naturais e o bem-estar das populações que moram nesses lugares. São discutidos os principais conceitos que envolvem a governança ambiental, e sua importância na conjuntura atual, visto o projeto desenvolvimentista em voga na sociedade moderna que, muitas vezes, vem rompendo com os processos e equilíbrio dos ecossistemas, imputando impactos socioambientais às comunidades, afetando diretamente populações inteiras e provocando injustiças ambientais em graus variáveis. Concluiu-se que no caso específico de Mocambo e Caburi, a preocupação está em evitar que estas áreas se tornem *locus* de um processo de urbanização desordenado, onde sejam inseridas e reproduzidas as problemáticas ambientais tal qual na cidade de Parintins. Para alterar essa trajetória não sustentável de desenvolvimento, as localidades precisam de um planejamento que contemple as suas sustentabilidades. Uma orientação sob a ótica da governança ambiental pode ser um dos elementos importantes para a nova dinâmica local, uma vez que seriam incorporados os princípios fundamentais de diálogo, multidimensionalidade, descentralização, desenvolvimento do capital social e cogestão, entre outros, no planejamento e nas ações de desenvolvimento.

**Palavras-chave: Descentralização, Participação, Comanejo, Comunidades.**

---

<sup>1</sup> Professora do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas. Doutoranda em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas (charlenemds@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Professora Doutora da Universidade Federal do Amazonas (tecafraxe@uol.com.br)

## ENVIRONMENTAL GOVERNANCE: CONCEPTS AND PROSPECTS OF STUDY FOR LOCATIONS CABURI AND MOCAMBO, IN THE CITY OF PARINTINS / AM.

Charlene Maria Muniz da Silva<sup>3</sup>  
Therezinha de Jesus Pinto Fraxe<sup>4</sup>

### ABSTRACT

This paper analyzes the main concepts inherent in Environmental Governance and its application in the context of local development, taking as cases of Mocambo and localities Caburi in the city of Parintins. For this purpose, was used as a theoretical study methodology-reflective, using reference books and authors on the subject of Environmental Governance, emphasizing organizational principles, types of structures, forms of cooperation in networks and social capital. In the end, it is a projection of some elements in relation to aspects of the scales, levels and actors that could be involved in the practice of environmental governance. Mocambo and Caburi are going through a process of spatial and socio-cultural changes that requires intense actions and public policies for sustainability of natural resources and well-being of people who live in these places. We discuss the main concepts involving environmental governance, and its importance in the current situation, since the developmental project in vogue in modern society that often comes with breaking processes and ecosystem balance, offsetting environmental impacts to communities, directly affecting entire populations and causing environmental injustices in varying degrees. It was concluded that in the specific case of Mocambo and Caburi, the concern is preventing these areas from becoming a locus urbanization disordered, where they are inserted and reproduced the environmental problems as is the city of Parintins. To change this trajectory is not sustainable development, localities need a plan that addresses their sustainabilities. An orientation from the perspective of environmental governance can be an important element for the new local dynamics, since they would be incorporated into the fundamental principles of dialogue, multidimensionality, decentralization, social capital development and co-management, among others, planning and actions development.

Keywords: Decentralization, Participation, Communities.

### INTRODUÇÃO

---

<sup>3</sup> Faculty member of Geography undergraduation of Universidade do Estado do Amazonas. PhD candidate in Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia at Universidade Federal do Amazonas (charlenemds@yahoo.com.br)

<sup>4</sup> PhD faculty member at Universidade Federal do Amazonas (tecafraxe@uol.com.br)

Grindle (2004) afirma que a governança, em um sentido mais amplo, corresponde à distribuição de poder, legitimidade e autoridade entre os mais diversos níveis e instituições, onde há o estabelecimento de regras e normas sobre quem e como detém o poder e como são tomadas as decisões, assim como, os níveis de coresponsabilização entre os atores (agências do Estado, representantes da sociedade civil, empresas, entre outros). A governança pode envolver os mais diversos assuntos. Podem ser administrativos ou fiscais do Estado, correspondentes a bens ou serviços, financeiros ou políticos e que possam envolver e/ou impactar a coletividade e o bem-estar público. Quando esses assuntos têm relação com a sustentabilidade ou políticas ambientais, utiliza-se o termo governança ambiental.

Para Agraval e Lemos (2006), a governança ambiental se refere ao conjunto de processos regulatórios, mecanismos e organizações através dos quais os atores políticos influenciam as ações e resultados ambientais envolvendo múltiplos seguimentos da sociedade como as instituições governamentais, comunidades, empresas e a sociedade civil organizada.

O tema de governança ambiental tem surgido, com frequência, nas discussões acadêmicas, como “uma ‘categoria-chave’ no campo semântico que recobre a discussão sobre desenvolvimento sustentável, alinhada a outras como negociação, participação, parceria, sociedade civil organizada etc.”. (Zhourri 2008: 97).

O processo de governança sobre um recurso natural é inerentemente difícil, pois determinados ambientes, assim como, as sociedades humanas são caracterizadas por incertezas e dinâmicas complexas, ou seja, variações naturais, escalas e hierarquias de dependências em relação aos recursos e também a conjuntura econômica e política nas quais estão inseridas. Quando múltiplos atores se utilizam dos mesmos recursos naturais, as implicações podem ser as mais diversas, desde o esgotamento destes recursos a conflitos de gestão, logo, é necessário estabelecer acordos entre os mesmos para estabelecer regras e práticas comuns, contribuindo para que haja coordenação de ações que auxiliem na resolução de conflitos, assim como, a negociação das várias compensações, o compartilhamento de informação e a construção de redes de conhecimento sobre esse bem comum. Assim, pesquisas sobre os processos de governança mostram

que a gestão que vem de cima para baixo e centralizada é inadequada para esse fim, logo surgindo a necessidade de que a governança seja descentralizada (Bodin e Crona 2009).

## **1 A Descentralização: fundamento importante na Governança Ambiental**

A descentralização nos processos de governança é muito importante, pois proporciona a maior participação dos sujeitos diretamente afetados pelas ações e decisões em torno de um determinado recurso, assim, abre-se a possibilidade de trazer mais atores para a causa, proporcionando o compartilhamento de informações locais específicas sobre os ecossistemas como, por exemplo, o conhecimento das populações tradicionais sobre os ecossistemas. Todos esses aspectos tornam o processo de governança mais eficaz na resolução de problemas e conflitos inerentes ao ambiente (Pereira 2011).

Os benefícios da descentralização nos aspectos da governança ambiental são inúmeros. Dentre eles pode ser citada a maior interação entre os diversos níveis e atores sociais envolvidos. As decisões ao serem compartilhadas podem aproximar as várias esferas públicas, privadas, entidades locais, as comunidades, fazendo com que se traga mais para perto a tomada de decisão. Isto pode gerar maior comprometimento entre estes atores e assim propiciar uma maior participação e responsabilidades, facilitando a tomada de decisão. Além disso, torna possível que se possa aproveitar os conhecimentos locais a respeito dos ecossistemas e os aspectos culturais (Pereira, 2011).

Assim, levando-se em consideração o exposto acima, têm sido alvo de reflexão os sistemas em que múltiplos atores estão envolvidos na governança dos processos de conservação, gestão e uso de determinado recurso. Esses aspectos se relacionam ao conceito de cogestão, onde há o envolvimento de diferentes atores, para que se possa dar conta da complexidade inerente aos ecossistemas e nos arranjos sociais construídos em torno destes, pois ambos, são interligados formando sistemas sócioecológicos, e assim possam ser mais adequadamente tratados.

Berkes (1994) apud Pereira (2011), apresenta os níveis de co-manejo em escala local sobre um determinado recurso, como se pode observar abaixo:

- O informativo: a comunidade é informada sobre as decisões que o governo já fez
- O consultivo: existem mecanismos para o governo consultar os usuários locais, o governo toma todas as decisões
- Cooperativo: a comunidade tem contribuições na gestão
- Comunicativo: intercâmbio bilateral de informações; preocupações locais são representadas nos planos de gestão;
- Participativo(deliberativo): usuários aconselham o governo de decisões a serem tomadas e o governo aprova estas decisões
- Parceria: parceria entre iguais com decisão compartilhada
- Controle(Auto-gestão): Delegação de poderes a comunidade para tomar decisões e informar o governo destas decisões

Esses níveis podem e devem ser adequados as diversas situações onde o co-manejo seja necessário, possibilitando que a governança ambiental seja mais eficaz para a resolução de problemas e para facilitar a gestão.. Para Berkes et al. apud Armitage (2008: 8):

Co-management is one institutional form, for example, that encourages a multi-level perspective, and involves sharing the rights and responsibilities for a particular resource among several actors, usually involving some configuration of the State, resource users, and civil society.

Este autor entende a cogestão como uma forma institucional que envolve múltiplas perspectivas e níveis, no qual existe a partilha de direitos e responsabilidades de um determinado recurso entre os diversos atores, isso pode envolver o Estado, usuários de recursos e a sociedade civil.

A cogestão adaptativa vem a ser uma recente expansão do conceito de cogestão (Armitage et al. 2009) onde a mesma tem seu foco sobre a adaptabilidade da articulação do processo de gestão em resposta a mudanças ambientais e a aquisição contínua de novos conhecimentos.

A cogestão adaptativa surgiu como uma forma interdisciplinar para promover melhorias na gestão dos ecossistemas e ajudar a resolver dilemas que possuem múltiplas escalas entre sociedade e ambiente. A construção de seus métodos depende da construção de confiança na formação das redes sociais entre gestores

de determinadas regiões, comunidades, pesquisadores e formuladores de políticas, para a colaboração e aprendizagem no que tange as mudanças complexas no ambiente

A eficácia de aprendizagem nos processos participativos de gestão de recursos naturais promove não só mudanças de atitude e comportamentos mas também, mudanças fundamentais nas orientações de valor dentro da sociedade com a valorização dos aspectos culturais. Sendo que os processos de aprendizagem social podem aumentar a oportunidade de mudanças sociais e participação, além das fronteiras por meio das fontes de mobilização do capital social (Leys e Vanclay 2011).

Para Ruitenbeek e Cartier (2001) a cogestão adaptativa é uma estrutura de gestão de longo prazo, onde as diversas partes envolvidas compartilham responsabilidades, fazem a gestão de um sistema de recursos naturais e onde há aprendizagem recíproca. Adaptação e resiliência são características importantes, assim como, a capacidade de trabalhar com as diferentes escalas e níveis que envolvem a governança ambiental (Olsson et al. 2004).

## **2 As múltiplas dimensões dos atores envolvidos na Governança Ambiental : a variabilidade das tipologias das redes sociais**

A Governança, portanto, depende fundamentalmente da colaboração de múltiplos atores sociais entre os diferentes níveis e escalas de organização (Armitage, 2008). Assim, esses atores interagem e estabelecem uma coordenação de ações para a resolução de determinados conflitos e serve, dentre outras coisas, para: negociação das várias compensações, partilha de informações e construção de conhecimento comum (Bodin e Crona 2009 ).

Por isso, surgem redes sociais voltadas a essas questões. Essas são justamente a conjugação de esforços dos mais diferentes atores e níveis de escala em torno de um recurso natural em comum. Em determinados casos, as redes sociais podem até se tornar mais importantes que as instituições formais que regulamentam mais diretamente as questões ambientais,. visto que podem proporcionar a aquisição, geração e difusão de diferentes tipos de conhecimento e informações sobre os sistemas que estão sendo gerenciados.

Porém, as redes de grupos sociais não são criadas iguais e podem existir vários padrões estruturais (tipologias), sendo que a forma de organização pode ter impacto significativo sobre como os atores realmente se comportam dentro da rede. Os processos sociais que sustentam os resultados de governança dos recursos são melhorados ou inibidos por diferentes estruturas das redes.

Para transformar um conjunto de atores isolados em um conjunto de atores que interagem, relações sociais consolidadas têm de ser criadas entre eles. Quanto maior a densidade da rede (ou seja, o número de laços existentes dividido pelo número de ligações possíveis), maior o potencial para ação coletiva, pois facilita a comunicação, confiança e reciprocidade entre os atores aumentando as possibilidades de ação conjunta, melhorando o desenvolvimento de conhecimento através da exposição a novas idéias devido a maior quantidade de circulação das informações (Bodin e Crona 2009 ).

Porém, se deve ter cuidado com uma rede que possui uma densidade de relações muito alta, pois, pode levar à homogeneização das informações resultando em menos eficiência na utilização de recursos e / ou capacidades reduzidas para se adaptar às mudanças das condições do meio (Cogestão adaptativa).

Outro Fator importante nas redes são as relações tipo *Bridging*, que referem-se aos laços de conexão de diferentes subgrupos. Esses laços de união promovem confiança, reciprocidade e, assim, a coesão no seio das comunidades, que é benéfico para a construção de consenso e de resolução de conflitos podendo aproximar grupos previamente desconectados, facilitando ações coletivas entre diferentes tipos de atores.

Outra questão a ser analisada é a centralização dos atores dentro de uma rede, pois ao ocupar posições centrais na rede os atores são capazes de exercer influências sobre outros, e também estão em melhores condições para acessar valiosas informações que podem colocá-los em vantagem. Mas há que se ter cuidado, pois o problema de se ter laços demais dentro da rede esta em tentar agradar a todos, o que pode restringir certas ações.

Assim, quem ocupa estes cargos, e como eles utilizam a sua posição favorável, portanto, têm um impacto sobre os resultados na governança. Deve-se ter cuidado para não influenciar demasiadamente o grupo, como discorre Bodin e Crona:

Possessing a favorable position in a social network may not, however, by itself necessarily lead to higher influence. Furthermore, an individual can very well be influential without necessarily occupying a favorable position [for example, if the individual possesses formal authority] (Bodin e. Crona 2009: 370).

Redes altamente centralizadas não podem ser apropriadas para a governança de sistemas ambientais ao longo do tempo, uma vez que são menos adequadas para a resolução de tarefas complexas.

Assim, a estrutura faz a diferença e afeta as redes de governança dos recursos naturais. Com a existência de poucos laços entre os atores, a ação conjunta é difícil de alcançar, mas, por outro lado, muitos laços podem promover a homogeneização dos atores e reduzir a capacidade de ação coletiva eficaz para lidar com as mudanças.

Para a rede social fornecer mais do que apenas transferência de informação, e para que sejam sustentadas ao longo do tempo, o laços relacionais devem ser voluntários, pois os atores resistem à concepções impostas e tendem a escolher seus contatos com base em preferências pessoais.

Um conceito importante ao se tratar de Governança Ambiental, principalmente relacionado as Redes é o de **Capital Social**. Baker (1990 apud Portes 1998) coloca o conceito de capital social como um recurso que deriva de estruturas sociais específicas e que os atores utilizam para atingir seus interesses. Capital Social envolve disponibilidade, acesso e mobilização de recursos por meio de relações sociais (Mertens 2011).Então, quanto maior a capacidade de um grupo de se organizar e trabalhar conjuntamente, unindo esforços em torno de um bem ou recurso, maior é o seu capital social e maiores são as possibilidades de sucesso da governança ambiental. Assim, o Capital Social torna-se multidimensional (Portes1998).

É muito importante compreendermos bem o que é a governança ambiental e sua importancia, pois a crise ambiental pela qual a sociedade moderna passa, assim exige. A crise ambiental contemporânea vem intensificando as discussões e a percepção pública acerca dos efeitos dos processos de produção e consumo das sociedades industriais modernas sobre a saúde humana e a dos ecossistemas (Porto 2005). Os impactos ambientais vêm fazendo com que as escalas espaciais e temporais para as análises dos riscos modernos tornem-se cada vez mais amplas e complexas.

Neste cenário, surgem mais possibilidades de ocorrerem às injustiças ambientais, consideradas como

O mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (Porto 2005: 836)

As injustiças ambientais são exacerbadas, muitas vezes, pelo que Acsehrad (2004) denominou de “**chantagem locacional**” que significa que o capital negocia seus investimentos nas áreas onde não somente são oferecidas as maiores taxas de lucros, mas também as menores resistências sociais e políticas voltadas ao controle da poluição e injustiças sociais.

Assim, concorda-se com o posicionamento de Zhouri (2008), que entende a Governança Ambiental como um consenso entre os sujeitos que utilizam os recursos naturais e deliberam sobre ações em torno do mesmo. Dessa forma, reconhece-se que projetos como as hidrelétricas, os projetos agrominerais, os complexos industriais entre outros, possuem o poder transformador do espaço. Sendo que na maioria dos casos, as decisões políticas sobre esses empreendimentos são tomadas longe do local onde as mesmas vão causar os danos, aumentando ainda mais as injustiças ambientais na medida em que, ao serem implantados, imputam riscos e danos às camadas mais vulneráveis da sociedade.

### **3 Governança Ambiental em Mocambo e Caburi no município de Parintins: reflexões em torno de uma aproximação entre os atores sociais e os níveis de escala espaciais.**

Mocambo e Caburi são comunidades localizadas na área rural do município de Parintins a cerca de 60Km a montante da cidade. Ambos têm seu sítio às margens de lagos do mesmo nome, o que significa que é necessário adentrar *igarapés*<sup>5</sup> para se chegar até elas. Todas pertencem ao ecossistema de terra-firme e possuem uma extensão média de 2.867 metros cada. A população está em torno 2.112 e 1.948 habitantes para Caburi e Mocambo, respectivamente. As localidades

---

<sup>5</sup> Igarapé: Um igarapé é um curso d'água amazônico de primeira ou segunda ordem, constituído por um braço estreito de rio ou canal. Existe em grande número na Bacia amazônica, caracterizados por pouca profundidade e por correrem quase no interior da mata.

possuem em comum certa infraestrutura urbana. As ruas são asfaltadas e possuem sistemas públicos de abastecimento de água e energia elétrica fornecidos pelas mesmas empresas que prestam esses serviços à cidade de Parintins. Têm escolas, creches, postos de saúde dentre outros equipamentos urbanos (Silva, 2009).

Observou-se que ocorreram mudanças socioespaciais nessas áreas causadas notadas pelo novo formato espacial engendrado pelas mudanças socioculturais ocorridas. Originalmente, como outras comunidades rurais tradicionais de Parintins, ambas as áreas se caracterizavam pela existência de poucas residências, distribuídas de forma dispersa no quadro da comunidade, no qual havia poucos elementos estruturais, tais como uma Igreja, seja ela católica ou evangélica, a sede social ou barracão comunitário, a pequena escola. Agora, são lugares que têm a infraestrutura de pequena cidade, no qual as casas seguem o padrão de distribuição das ruas, ou seja, por quadros e lotes. As mudanças socioculturais engendram as mudanças feitas na paisagem, pois é o trabalho humano que interfere e faz refletir a sua realidade nos espaços, sendo este reflexo da vida cotidiana guiada pelos aspectos sociais e culturais de cada sociedade. Logo, há uma imbricação entre rural e urbano, manifestas na presença em áreas rurais, de representações do urbano vindos da cidade de Parintins, como o adensamento populacional, tipos de festas, forma das construções e serviços.

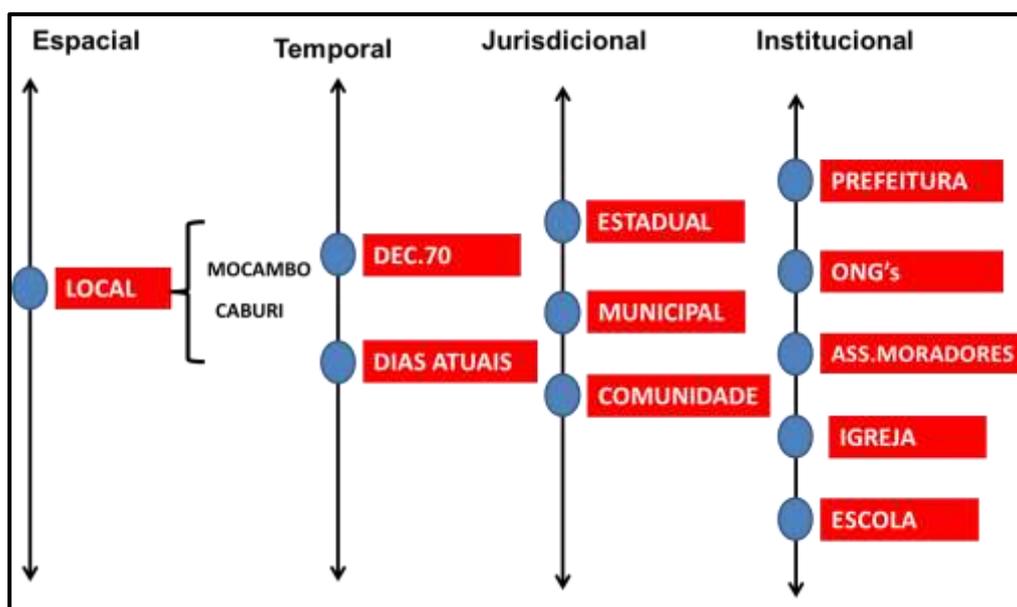
A cidade de Parintins, por meio do processo de expansão urbana exerce influência econômica, social e cultural nessas áreas, com implicações socioambientais que repercutem na (re) produção do espaço. Dessa forma, já se podem encontrar algumas contradições do urbano como: problemas com a destinação inadequada dos resíduos sólidos; mudanças no padrão de festas, com sua racionalização cada vez mais direcionada para a geração de renda por meio do turismo; diferenciação dos preços dos terrenos, de acordo com a sua localização e aumento do índice de violência.

Dentre essas mudanças, a questão ambiental é bem preocupante, pois, a problemática dos resíduos sólidos vem causando impactos negativos diretamente sobre essas comunidades. Devido ao aumentando da produção de resíduos sólidos não orgânicos, e a inexistência de coleta de lixo pública e de local apropriado para depositá-lo, as pessoas queimam e/ou jogam o lixo nos terrenos baldios e nos barrancos próximos ao rio, colocando em perigo a saúde e segurança deles

próprios. Dentre outros problemas também se pode citar a retirada da arborização nas comunidades para que se possam fazer mais construções, o que acarreta na perda de um elemento importante para a regulação do microclima local, principalmente pelo fato da temperatura ter aumentado, segundo alguns moradores, devido a impermeabilização do solo pela introdução do esfalto nas ruas.

Pelo que foi acima exposto, são necessárias a elaboração e a implantação de políticas públicas voltadas para estas áreas no tocante as questões socioambientais. Dessa forma, o processo de governança pode ajudar na construção de uma agenda ambiental para Mocambo e Caburi.

Levando-se em consideração o que foi exposto sobre a governança, apresenta-se na figura 01 um esquema representativo dos níveis de escala espacial, temporal, jurisdicional e institucional que envolveria a governança assim como os múltiplos atores (figura2).



A escala espacial é local e estaria circunscrita às localidades de Mocambo e Caburi. A escala temporal abrangeria as transformações socioespaciais que ocorreram ao longo dos anos nas comunidades principalmente a partir da introdução de elementos urbanos em sua paisagem a partir dos anos 70, para que possa fazer um diagnóstico e posterior análise de como se encontra as mesmas nos dias atuais. Ambas, Mocambo e Caburi são comunidades rurais pertencentes ao município de Parintins, dessa forma a escala jurisdicional será municipal e em nível de comunidade.

No tocante às esferas institucionais, são importantes os envolvimento da prefeitura municipal, da associação de moradores, da escola, assim como das igrejas, sendo estas instituições ainda muito importantes na vida das populações rurais em Parintins. As igrejas estão no cerne de muitas comunidades rurais, tendo sido uma das principais incentivadoras da criação destas em quanto tal.

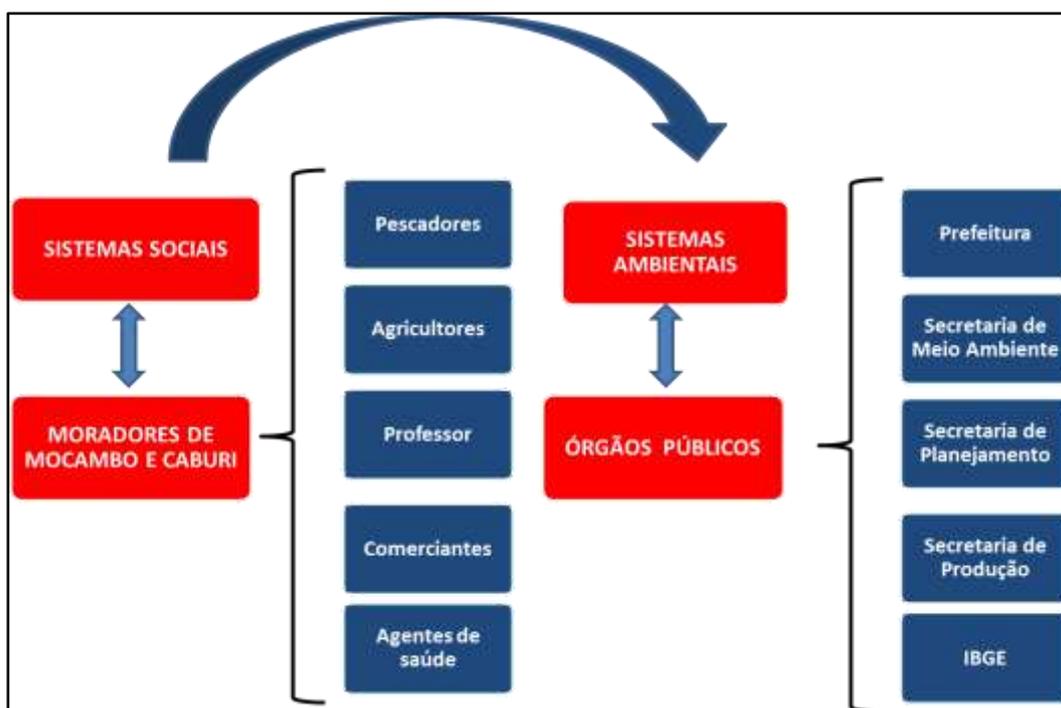


Figura 02—Níveis de atores na Governança Ambiental em Mocambo e Caburi  
Fonte: Elaborado por Charlene Muniz.

Assim, para que se possa promover a governança ambiental, a participação de múltiplos atores é necessária, de modo que cada um tenha a sua função dentro do processo de governança e todos possam trabalhar conjuntamente, formando uma rede de cooperação, com várias ligações tanto internas como externas. Na figura 02, mostram-se os níveis e os atores que podem participar no planejamento das políticas públicas para Mocambo e Caburi, lembrando-se que deverá sempre haver interação entre os mais diversos atores. Estes devem estabelecer diálogos para decidirem conjuntamente as ações que devem ser realizadas, os planos, programas e propostas que as esferas públicas e privadas devem desenvolver nos aspectos ambientais nessas localidades, visando à sustentabilidade dos sistemas sociais, culturais e ambientais em Mocambo e Caburi.

Pelo que foi acima exposto, pode-se inferir que estas localidades estão caminhando na contramão da sustentabilidade. Desta forma, levando-se em consideração as dimensões da sustentabilidade, citadas por Sachs (2008), se apresenta uma visão sintética de como se apreende o processo de expansão da “modernização” em territórios rurais, e como o mesmo vem se caracterizando como um processo insustentável nos moldes vigentes (Quadro 1).

AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE SEGUNDO IGNACY SACHS ( 2008)	INSUSTENTABILIDADE OBSERVADAS EM MOCAMBO E CABURI
<b>A sustentabilidade social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Falta de ações de políticas públicas direcionadas para melhorar a qualidade de vida das populações rurais: ribeirinhas ou de terra-firme;</li> <li>▪ Êxodo rural devido às condições precárias das populações que moram na zona rural: agricultores, pescadores, extrativistas e pequenos criadores.</li> </ul>
<b>A sustentabilidade econômica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Baixa renda;</li> <li>▪ Dependência de renda social (aposentadoria, pensão e bolsa família);</li> <li>▪ Falta de incentivo às atividades econômicas que gerem renda para a população;</li> <li>▪ Não investimento pelo poder público municipal no setor primário (agricultura, pesca, extrativismo).</li> </ul>
<b>A sustentabilidade ecológica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Intensificação da produção de resíduos sólidos inorgânicos: disposição inadequada de resíduos sólidos;</li> <li>▪ Supressão da vegetação para construção de moradias e vias de circulação;</li> <li>▪ Aumento da sensação térmica devido à impermeabilização do solo (asfaltamento de ruas);</li> <li>▪ Doenças devido o consumo de água sem tratamento adequado, devido o aumento pela demanda de água encanada nas casas.</li> </ul>
<b>A sustentabilidade cultural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Mudanças de hábitos e costumes tradicionais por hábitos do mundo moderno;</li> <li>▪ Mudanças nas festas populares;</li> <li>▪ Perda da sociabilidade típica do campo;</li> <li>▪ Conflitos intrageracionais;</li> <li>▪ Insegurança alimentar</li> </ul>
<b>A sustentabilidade espacial</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Mudança na organização espacial: ruas, loteamentos, valorização de terrenos devido a sua localização;</li> <li>▪ Adensamento populacional;</li> <li>▪ Carência na oferta de infraestrutura e serviços devido a grande demanda.</li> </ul>
<b>A sustentabilidade ambiental</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Problemas de conflitos em torno de recursos naturais: água, florestas, sobreexploração dos recursos pesqueiros, retirada de produtos florestais, retirada das matas ciliares</li> </ul>

dos lagos, adensamento populacional.

Acredita-se que são necessárias a elaboração e a implantação de ações de políticas públicas voltadas para estas áreas no tocante as questões socioambientais. Dessa forma, o processo de governança pode ajudar na construção de uma agenda ambiental para Mocambo e Caburi.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quadro 01—Insustentabilidade observadas em Mocambo e Caburi

Fonte: Elaborado por Charlene Muniz.

envolvem a governança ambiental, sua importância na conjuntura atual, visto o projeto desenvolvimentista em voga na sociedade moderna, rompendo, muitas vezes com os processos e equilíbrio dos ecossistemas, imputando impactos socioambientais as comunidades e afetando diretamente populações inteiras e provocando injustiças ambientais em graus variáveis em todos os lugares. O “desenvolvimento” da sociedade tem seu preço, e muitas vezes este é pago e/ou distribuído desigualmente entre as camadas das populações mais pobres e vulneráveis.

Neste aspecto deve-se fazer uma reflexão em torno de processos que tenham como premissas fundamentais um diálogo entre os mais diversos atores sociais que se utilizam de um mesmo recurso para a construção e implementação de políticas e ações conjuntas para manter a integridade e disponibilização deste recurso a quem é de direito, evitando assim, conflitos e impactos ambientais negativos sobre os ecossistemas, equalizando as injustiças ambientais que ocorrem devido a exploração intensa por parte de certos seguimentos econômicos do mercado, seja ele público ou privado.

No caso específico de Mocambo e Caburi, a preocupação está em evitar que estas áreas se tornem *locus* de um processo de urbanização irracional, onde sejam inseridas e reproduzidas as problemáticas ambientais tal qual na cidade de Parintins, sem nenhuma preocupação com as especificidades ambientais e culturais destas localidades, pois, apesar das mudanças ocorridas as mesmas ainda mantém relações muito próximas com o ecossistema natural, o rio, a floresta e os moradores tem seus modos de vida pautados nos aspectos culturais típicos das áreas rurais como as relações de parentesco e vizinhança, a solidariedade a ajuda mútua. Acredita-se que o desenvolvimento destas comunidades deve ser acompanhado por

políticas públicas, com o apoio dos comunitários, que se preocupem com as questões ambientais, evitando assim a perda de suas riquezas naturais, e de seus valores culturais e que as mudanças possam promover a qualidade de vida que essas populações merecem como acesso a educação, saúde, segurança, lazer e renda, porém evitando o exacerbado lado negativo da vida nas cidades, como as desigualdade sociais, insegurança alimentar, violência, carência no acesso a serviços médicos, degradação ambiental, entre outros.

As localidades de Mocambo e Caburi precisam de um planejamento que vislumbre a sustentabilidade, e a governança ambiental pode ser um dos elementos importantes nessa discussão, desde que se respeitem seus princípios fundamentais de diálogo, multidimensionalidade, descentralização, desenvolvimento do capital social, cogestão entre outros.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H; HERCULANO ,S .& Pádua. **Justiça ambiental e cidadania**. Ed. Relume- Dumará, Rio de Janeiro, 2004.

ARMITAGE , Derek. **Governance and the commons in a multi-level world**.In: International Journal of the Commons.vol 2, no 1 January 2008, pp. 7-32.

ARMITAGE, D. *et. al.* **Adaptive co-management for social–ecological complexity**.In: Frontiers in Ecology and the Environment p.95–102, 2009.

AGRAWAL, A; LEMOS, M.C.. **Environmental Governance**. In: Annual Review of Environmental Resources, 31: 297-325, 2006.

BODIN, O; CRONA, B.I. **The role of social networks in natural resource governance: What relational patterns make a difference?**.In: Global Environmental Change, 19: 366–374,2009.

GRINDLE, Merilee. **Good enough governance: poverty reduction and reform in developing countries**. **Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions**, v. 17, n. 4, p. 525-548, 2004.

MERTENS , Frédéric. **Capital social e governança**. Universidade Federal do Amazonas, 2011. 36 slides,color. Slides gerados a partir do software PowerPoint.

OLSSON, P., C. FOLKE, and F. BERKES. 2004. **Adaptive co-management for building resilience in socio-ecological systems**. Environmental Management, 2004, 34:75- 90.

PEREIRA, Henrique dos Santos. Governança Ambiental: Conceitos e definições em governança Ambiental. Universidade Federal do Amazonas, 2011. 34 slides, color. Slides gerados a partir do software PowerPoint.

PORTO ,Marcelo Firpo. **Saúde do trabalhador e o desafio ambiental: contribuições do enfoque ecosocial, da ecologia política e do movimento pela justiça ambiental**. Ciência e Saúde Coletiva, 2005.

RUITENBEEK, J.; CARTIER, C. 2001. **The Invisible Wand: Adaptive Co-Management as an Emergent Strategy in Complex Bio-economic Systems**. Occasional Paper No. 34. Bogor, Indonesia: Centre for International Forestry Research

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. 3. Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SILVA, Charlene Maria Muniz. **Mocambo, Caburi e Vila Amazônia no município de Parintins: múltiplas dimensões do rural e do urbano na Amazônia**. 2009, 176 f. Dissertação ( Mestrado em Geografia-Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

LEYS ,A. J.; VANCLAY , J. K. **Social learning: A knowledge and capacity building approach for adaptive co-management of contested landscapes**. In: Land Use Policy nº 28 ,2011, p.574–584.

ZHOURI, Andréa. **Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: Desafios para a governança ambiental**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 23 no. 68 outubro, 2008. 97-108.